



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO MUNICIPIO DE RODRIGUES ALVES

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 Processo Administrativo nº 0002.0001/2026-022

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE RODRIGUES ALVES, CNPJ 84.306.455/0001-20, por meio do(a) Setor de licitações e contratos, sediado(a) SAO JOSE, 0780, bairro CENTRO, na cidade de RODRIGUES ALVES/AC , CEP 69985000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão Pública: 25/02/2026 Hora  
Inicial : 10:00 horario de Brasilia**

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e rodoviários novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural e ao apoio às atividades de manutenção, mobilidade e desenvolvimento sustentável no Município de Rodrigues Alves/AC** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 3 (três) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nos itens 1,2,3 não será concedida tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 2.15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).  
ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de
- 4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

2006, 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou 49, obsersociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de te, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e licitampresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o 006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:  
item.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE A CONTRATAR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<b>CARRETA BASCULANTE BAIXA (Capacidade 1.500 kg)</b> EQUIPAMENTO: Carreta agrícola tipo basculante, nova (zero hora), de fabricação industrial (série), projetada para acoplamento em microtratores e tratores de pequena potência. ESTRUTURA E CHASSI: Chassi robusto fabricado em chapas de aço carbono, com tratamento anticorrosivo (pintura epóxi ou fundo preparador de alta resistência). Eixo único reforçado.	UNID	01	R\$ 27.081,35	R\$ 27.081,35





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>CARROCERIA: Fabricada em madeira de lei (tipo cedro, roxinho ou equivalente), devidamente tratada e envernizada/pintada, com espessura de pranchas que suporte o trabalho pesado. Cantoneiras de reforço em aço em todas as extremidades.</p> <p>SISTEMA BASCULANTE: Basculamento traseiro acionado por cilindro hidráulico telescópico de alta pressão, com mangueiras e engate rápido compatível com o sistema do microtrator/trator. Ângulo de basculamento que garanta o escoamento total da carga.</p> <p>DIMENSÕES ESPECÍFICAS:</p> <p>Capacidade de carga: Mínima de 1.500 kg.</p> <p>Comprimento interno aproximado: 2,35 m.</p> <p>Largura interna aproximada: 1,15 m.</p> <p>Altura das tampas (guardas): 0,45 m.</p> <p>RODAGEM E SEGURANÇA: Equipada com pneus agrícolas novos de alta flutuação (mínimo aro 12, conforme projeto do fabricante). Deve possuir sistema de descanso (pé de apoio) regulável e articulado.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico ou prospecto do fabricante onde conste o processo industrial de fabricação e as dimensões exigidas</p>				
02	<p><b>MICROTRATOR AGRÍCOLA (18 HP)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Microtrator agrícola de rabiça (duas rodas), novo (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p>MOTORIZAÇÃO: Motor diesel, monocilíndrico, de 4 tempos, com potência mínima de 18 HP. Deve possuir sistema de arrefecimento (refrigeração) a água por radiador, garantindo que o motor não superaqueça em jornadas longas sob sol forte.</p> <p>PARTIDA E ELÉTRICA: Sistema de partida elétrica (com bateria inclusa) e auxiliar manual por manivela. Equipado com alternador para recarga da bateria e farol frontal de alta luminosidade para operações noturnas.</p> <p>TRANSMISSÃO E TRAÇÃO: Tração 4x2 com bloqueio de diferencial (essencial para não atolar). Câmbio com no mínimo 6 marchas à frente e 2 à ré, permitindo diferentes velocidades</p>	UNID	01	R\$ 30.448,77	R\$ 30.448,77







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>de operação.</p> <p><b>CAPACIDADE E IMPLEMENTOS:</b> Tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros. Deve possuir Tomada de Força (TDP) com sistema de engate rápido para acoplamento de implementos (enxada rotativa, carreta, arado, etc.).</p> <p><b>ERGONOMIA:</b> Guidão com ajuste de altura e lateral, permitindo que o operador trabalhe na posição correta. Alavancas de comando posicionadas para fácil acesso.</p> <p><b>RODAGEM:</b> Pneus agrícolas de alta tração (mínimo aro 12), adequados para terrenos argilosos e úmidos.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência de 18 HP, o sistema de arrefecimento a água e a capacidade do tanque.</p>				
03	<p><b>MOTONIVELADORA (170 HP)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Motoniveladora articulada, nova (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor a diesel, turboalimentado, com certificação de emissões (MAR-1 ou superior), no mínimo 6 cilindros. Potência líquida volante mínima de 170 HP. Sistema de monitoramento eletrônico do motor com diagnóstico de falhas.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Tipo Direct Drive ou Power Shift com conversor de torque e sistema de bloqueio (Lock-up), controlada eletronicamente. Mínimo de 8 marchas à frente e 6 à ré (ou configuração equivalente que totalize no mínimo 14 marchas).</p> <p><b>PESO OPERACIONAL:</b> Mínimo de 15.000 kg (configurada com contrapesos, lâmina, operador e tanque cheio), garantindo estabilidade e força de tração.</p> <p><b>SISTEMA HIDRÁULICO:</b> Sistema de centro fechado com detecção de carga (Load Sensing), permitindo movimentos precisos e simultâneos da lâmina com menor consumo de combustível.</p> <p><b>LÂMINA E CÍRCULO:</b> Lâmina central com largura mínima de 3,66m (12 pés), com bordas de corte substituíveis. Círculo de giro acionado por motor</p>	UNID	01	R\$ 933.570,08	R\$ 933.570,08





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>hidráulico com proteção contra impactos.</p> <p><b>CABINE (CONFORTO E SEGURANÇA):</b> Cabine fechada, climatizada com ar-condicionado de alta capacidade, isolamento acústico e térmico.</p> <p>Proteção certificada ROPS/FOPS (contra capotamento e queda de objetos). Assento do operador com suspensão pneumática ou mecânica de alta resistência.</p> <p><b>MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA:</b> Pontos de lubrificação e verificação de fluidos acessíveis ao nível do solo. Painel de instrumentos digital em português.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação obrigatória de catálogo técnico original e prospecto detalhado do fabricante. O equipamento deve possuir rede de assistência técnica autorizada e consolidada em território nacional.</p>				
04	<p><b>TRATOR DE PNEUS (110 CV)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Trator agrícola de pneus, novo (zero hora), ano de fabricação vigente, tração 4x4 assistida (4WD).</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor diesel de no mínimo 4 cilindros, turboalimentado, potência mínima de 110 CV (norma ISO TR14396). Deve possuir sistema de injeção de alta eficiência e fácil manutenção.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré (12x12), com reversor (mecânico ou eletro-hidráulico) para facilitar manobras em espaços reduzidos.</p> <p><b>SISTEMA HIDRÁULICO E LEVANTE:</b> Capacidade mínima de levante no olhal de 3.500 kg.</p> <p>Bomba hidráulica com vazão mínima de 55 litros/minuto, garantindo agilidade no acionamento de implementos pesados.</p> <p>No mínimo 02 válvulas de controle remoto (VCR) de dupla ação.</p> <p><b>TOMADA DE POTÊNCIA (TDP):</b> Independente, com acionamento eletro-hidráulico ou mecânico, com velocidades nominais de 540 / 1.000 rpm.</p> <p><b>ESTRUTURA DE PROTEÇÃO:</b> Equipado de fábrica com Cabine Original ou Plataforma com ROPS</p>	UNID	01	R\$ 331.930,00	R\$ 331.930,00







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>(Estrutura de Proteção Contra Capotamento) certificada. Se for cabinado, deve possuir ar-condicionado de alta capacidade e filtragem de ar.</p> <p>PESO E LASTREAMENTO: Peso operacional mínimo (com lastro) de 4.500 kg, para garantir tração plena sem patinagem excessiva.</p> <p>Acompanha jogo completo de contrapesos dianteiros e traseiros.</p> <p>TECNOLOGIA E ERGONOMIA: Painel de instrumentos com indicadores de temperatura, pressão do óleo, horímetro e tacômetro digital. Assento do operador com regulagem de peso e altura.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência, capacidade de levantar e vazão da bomba..</p>				
05	<p><b>ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL (38cm³)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Roçadeira lateral de uso profissional, nova (zero hora), motor 2 tempos a gasolina.</p> <p>MOTORIZAÇÃO E POTÊNCIA: Cilindrada mínima de 35cm³ e potência líquida mínima de 1.4 kW (1.9 CV). O motor deve possuir sistema de purificação de ar de longa duração (compensador) para garantir performance constante.</p> <p>SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO (PONTO CHAVE): Deve possuir sistema antivibratório profissional de 4 pontos ou superior, composto por elementos amortecedores (molas de aço ou coxins de borracha de alta densidade) que isolem o motor do cabo de manejo e do guidão, visando a saúde ocupacional do operador.</p> <p>TRANSMISSÃO: Eixo cardã de aço rígido (não flexível). Tubo de transmissão em alumínio de alta resistência com diâmetro externo compatível com regime de trabalho pesado.</p> <p>ERGONOMIA: Guidão tipo "bicicleta" (duplo) com ajuste de inclinação. Sistema de partida com amortecedor de elastômero (tipo ElastoStart ou Smart Start) para redução de impacto no esforço de tração.</p>	UNID	06	R\$ 2.661,63	R\$ 15.969,80





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>CAPACIDADE E PESO: Tanque de combustível com capacidade mínima de 0,58 litros e máxima de 0,95 litros (para equilíbrio de peso/autonomia). Peso seco máximo (sem ferramenta de corte) de 8,0 kg.</p> <p>ACESSÓRIOS PROFISSIONAIS: * Cinto/Cinturão de sustentação duplo, acolchoado e ergonômico, com protetor de quadril e sistema de desengate rápido.</p> <p>Cabeçote de corte com fio de nylon automático.</p> <p>Lâmina de corte de 3 pontas em aço de alta resistência.</p> <p>COMPROVAÇÃO E GARANTIA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante. O equipamento deve possuir Assistência Técnica Autorizada e consolidada na região, com disponibilidade imediata de peças de reposição (pistão, anéis, filtros e eixos)</p>				
--	---	--	--	--	--

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto

licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

ITEM	DESCRIÇÃO	Intervalo de lances
01	<b>CARRETA BASCULANTE BAIXA (Capacidade 1.500 kg)</b> EQUIPAMENTO: Carreta agrícola tipo basculante, nova (zero hora), de fabricação industrial (série), projetada para acoplamento em microtratores e tratores de pequena potência. ESTRUTURA E CHASSI: Chassi robusto fabricado em chapas de aço carbono, com tratamento anticorrosivo (pintura epóxi ou fundo preparador de alta resistência). Eixo único reforçado. CARROCERIA: Fabricada em madeira de lei (tipo cedro, roxinho ou equivalente), devidamente tratada e envernizada/pintada, com espessura de pranchas que suporte o trabalho pesado. Cantoneiras de reforço em aço em todas as extremidades. SISTEMA BASCULANTE: Basculamento traseiro acionado por cilindro hidráulico telescópico de alta pressão, com mangueiras e engate rápido compatível com o sistema do	R\$ 1,00





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>microtrator/trator. Ângulo de basculamento que garanta o escoamento total da carga.</p> <p><b>DIMENSÕES ESPECÍFICAS:</b></p> <p>Capacidade de carga: Mínima de 1.500 kg.</p> <p>Comprimento interno aproximado: 2,35 m.</p> <p>Largura interna aproximada: 1,15 m.</p> <p>Altura das tampas (guardas): 0,45 m.</p> <p><b>RODAGEM E SEGURANÇA:</b> Equipada com pneus agrícolas novos de alta flutuação (mínimo aro 12, conforme projeto do fabricante). Deve possuir sistema de descanso (pé de apoio) regulável e articulado.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico ou prospecto do fabricante onde conste o processo industrial de fabricação e as dimensões exigidas</p>	
02	<p><b>MICROTRATOR AGRÍCOLA (18 HP)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Microtrator agrícola de rabiça (duas rodas), novo (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor diesel, monocilíndrico, de 4 tempos, com potência mínima de 18 HP. Deve possuir sistema de arrefecimento (refrigeração) a água por radiador, garantindo que o motor não superaqueça em jornadas longas sob sol forte.</p> <p><b>PARTIDA E ELÉTRICA:</b> Sistema de partida elétrica (com bateria inclusa) e auxiliar manual por manivela. Equipado com alternador para recarga da bateria e farol frontal de alta luminosidade para operações noturnas.</p> <p><b>TRANSMISSÃO E TRAÇÃO:</b> Tração 4x2 com bloqueio de diferencial (essencial para não atolar). Câmbio com no mínimo 6 marchas à frente e 2 à ré, permitindo diferentes velocidades de operação.</p> <p><b>CAPACIDADE E IMPLEMENTOS:</b> Tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros. Deve possuir Tomada de Força (TDP) com sistema de engate rápido para acoplamento de implementos (enxada rotativa, carreta, arado, etc.).</p> <p><b>ERGONOMIA:</b> Guidão com ajuste de altura e lateral, permitindo que o operador trabalhe na posição correta. Alavancas de comando posicionadas para fácil acesso.</p> <p><b>RODAGEM:</b> Pneus agrícolas de alta tração (mínimo aro 12), adequados para terrenos argilosos e úmidos.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência de 18 HP, o sistema de arrefecimento a água e a capacidade do tanque.</p>	R\$ 1,00
03	<p><b>MOTONIVELADORA (170 HP)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Motoniveladora articulada, nova (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor a diesel, turboalimentado, com certificação de emissões (MAR-1 ou superior), no mínimo 6 cilindros. Potência líquida volante mínima de 170 HP. Sistema de monitoramento eletrônico do motor com diagnóstico de falhas.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Tipo Direct Drive ou Power Shift com conversor de torque e sistema de bloqueio (Lock-up), controlada eletronicamente. Mínimo de 8 marchas à frente e 6 à ré (ou configuração equivalente que totalize no mínimo 14 marchas).</p> <p><b>PESO OPERACIONAL:</b> Mínimo de 15.000 kg (configurada com contrapesos, lâmina, operador e tanque cheio), garantindo estabilidade e força de tração.</p>	R\$ 1,00





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p><b>SISTEMA HIDRÁULICO:</b> Sistema de centro fechado com detecção de carga (Load Sensing), permitindo movimentos precisos e simultâneos da lâmina com menor consumo de combustível.</p> <p><b>LÂMINA E CÍRCULO:</b> Lâmina central com largura mínima de 3,66m (12 pés), com bordas de corte substituíveis. Círculo de giro acionado por motor hidráulico com proteção contra impactos.</p> <p><b>CABINE (CONFORTO E SEGURANÇA):</b> Cabine fechada, climatizada com ar-condicionado de alta capacidade, isolamento acústico e térmico. Proteção certificada ROPS/FOPS (contra capotamento e queda de objetos). Assento do operador com suspensão pneumática ou mecânica de alta resistência.</p> <p><b>MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA:</b> Pontos de lubrificação e verificação de fluidos acessíveis ao nível do solo. Painel de instrumentos digital em português.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação obrigatória de catálogo técnico original e prospecto detalhado do fabricante. O equipamento deve possuir rede de assistência técnica autorizada e consolidada em território nacional.</p>	
04	<p><b>TRATOR DE PNEUS (110 CV)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Trator agrícola de pneus, novo (zero hora), ano de fabricação vigente, tração 4x4 assistida (4WD).</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor diesel de no mínimo 4 cilindros, turboalimentado, potência mínima de 110 CV (norma ISO TR14396). Deve possuir sistema de injeção de alta eficiência e fácil manutenção.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré (12x12), com reversor (mecânico ou eletro-hidráulico) para facilitar manobras em espaços reduzidos.</p> <p><b>SISTEMA HIDRÁULICO E LEVANTE:</b> Capacidade mínima de levante no olhal de 3.500 kg. Bomba hidráulica com vazão mínima de 55 litros/minuto, garantindo agilidade no acionamento de implementos pesados.</p> <p>No mínimo 02 válvulas de controle remoto (VCR) de dupla ação.</p> <p><b>TOMADA DE POTÊNCIA (TDP):</b> Independente, com acionamento eletro-hidráulico ou mecânico, com velocidades nominais de 540 / 1.000 rpm.</p> <p><b>ESTRUTURA DE PROTEÇÃO:</b> Equipado de fábrica com Cabine Original ou Plataforma com ROPS (Estrutura de Proteção Contra Capotamento) certificada. Se for cabinado, deve possuir ar-condicionado de alta capacidade e filtragem de ar.</p> <p><b>PESO E LASTREAMENTO:</b> Peso operacional mínimo (com lastro) de 4.500 kg, para garantir tração plena sem patinagem excessiva. Acompanha jogo completo de contrapesos dianteiros e traseiros.</p> <p><b>TECNOLOGIA E ERGONOMIA:</b> Painel de instrumentos com indicadores de temperatura, pressão do óleo, horímetro e tacômetro digital. Assento do operador com regulagem de peso e altura.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência, capacidade de levante e vazão da bomba..</p>	R\$ 1,00
05	<p><b>ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL (38cm³)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Roçadeira lateral de uso profissional, nova (zero hora), motor 2 tempos a gasolina.</p>	R\$ 1,00





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p><b>MOTORIZAÇÃO E POTÊNCIA:</b> Cilindrada mínima de 35cm<sup>3</sup> e potência líquida mínima de 1.4 kW (1.9 CV). O motor deve possuir sistema de purificação de ar de longa duração (compensador) para garantir performance constante.</p> <p><b>SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO (PONTO CHAVE):</b> Deve possuir sistema antivibratório profissional de 4 pontos ou superior, composto por elementos amortecedores (molas de aço ou coxins de borracha de alta densidade) que isolem o motor do cabo de manejo e do guidão, visando a saúde ocupacional do operador.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Eixo cardã de aço rígido (não flexível). Tubo de transmissão em alumínio de alta resistência com diâmetro externo compatível com regime de trabalho pesado.</p> <p><b>ERGONOMIA:</b> Guidão tipo "bicicleta" (duplo) com ajuste de inclinação. Sistema de partida com amortecedor de elastômero (tipo ElastoStart ou Smart Start) para redução de impacto no esforço de tração.</p> <p><b>CAPACIDADE E PESO:</b> Tanque de combustível com capacidade mínima de 0,58 litros e máxima de 0,95 litros (para equilíbrio de peso/autonomia). Peso seco máximo (sem ferramenta de corte) de 8,0 kg.</p> <p><b>ACESSÓRIOS PROFISSIONAIS:</b> * Cinto/Cinturão de sustentação duplo, acolchoado e ergonômico, com protetor de quadril e sistema de desengate rápido.</p> <p>Cabeçote de corte com fio de nylon automático.</p> <p>Lâmina de corte de 3 pontas em aço de alta resistência.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO E GARANTIA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante. O equipamento deve possuir Assistência Técnica Autorizada e consolidada na região, com disponibilidade imediata de peças de reposição (pistão, anéis, filtros e eixos)</p>	
--	--	--

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da







margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento. para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou envio de documentos pelo sistema .

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.rodriguesalves.ac.gov.br/>

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: [rodriguesalves.ac.gov.br](mailto:rodriguesalves.ac.gov.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.rodriguesalves.ac.gov.br/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

13.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta

13.11.3.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Rodrigues Alves , xxx de janeiro de 2026

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e rodoviários novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva**







rural e ao apoio às atividades de manutenção, mobilidade e desenvolvimento sustentável no Município de Rodrigues Alves/AC.

## 2. JUSTIFICATIVA

### 2.1. Objetivo da Contratação

A presente contratação tem por objetivo suprir carências operacionais relacionadas à mecanização agrícola no âmbito da Administração Municipal de Rodrigues Alves/AC, por meio da aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural e ao apoio direto às atividades da agricultura familiar.

Os equipamentos a serem adquiridos serão utilizados prioritariamente pelas equipes vinculadas à Secretaria Municipal de Agricultura, no atendimento às comunidades rurais, especialmente no preparo do solo, na correção agrícola e no suporte às atividades produtivas desenvolvidas no meio rural.

A contratação visa complementar a frota municipal existente, ampliando a capacidade de execução simultânea dos serviços mecanizados, reduzindo o tempo de espera dos produtores atendidos e promovendo maior eficiência no planejamento e na execução das ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Além disso, a aquisição dos equipamentos encontra-se alinhada às metas estabelecidas em convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, com Plano de Trabalho previamente aprovado, contribuindo para o cumprimento dos objetivos pactuados e para a correta aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para melhorar a eficiência operacional da Administração Municipal no apoio à produção agrícola, fortalecer a infraestrutura produtiva local e promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais do Município de Rodrigues Alves/AC, em consonância com o interesse público.

## 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS VALORES ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE A CONTRATAR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<b>CARRETA BASCULANTE BAIXA (Capacidade 1.500 kg)</b> EQUIPAMENTO: Carreta agrícola tipo basculante, nova (zero hora), de fabricação industrial (série), projetada para acoplamento em microtratores e tratores de pequena potência. ESTRUTURA E CHASSI: Chassi robusto fabricado em chapas de aço carbono, com tratamento	UNID	01	R\$ 27.081,35	R\$ 27.081,35





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>anticorrosivo (pintura epóxi ou fundo preparador de alta resistência). Eixo único reforçado.</p> <p>CARROCERIA: Fabricada em madeira de lei (tipo cedro, roxinho ou equivalente), devidamente tratada e envernizada/pintada, com espessura de pranchas que suporte o trabalho pesado.</p> <p>Cantoneiras de reforço em aço em todas as extremidades.</p> <p>SISTEMA BASCULANTE: Basculamento traseiro acionado por cilindro hidráulico telescópico de alta pressão, com mangueiras e engate rápido compatível com o sistema do microtrator/trator.</p> <p>Ângulo de basculamento que garanta o escoamento total da carga.</p> <p>DIMENSÕES ESPECÍFICAS:</p> <p>Capacidade de carga: Mínima de 1.500 kg.</p> <p>Comprimento interno aproximado: 2,35 m.</p> <p>Largura interna aproximada: 1,15 m.</p> <p>Altura das tampas (guardas): 0,45 m.</p> <p>RODAGEM E SEGURANÇA: Equipada com pneus agrícolas novos de alta flutuação (mínimo aro 12, conforme projeto do fabricante). Deve possuir sistema de descanso (pé de apoio) regulável e articulado.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico ou prospecto do fabricante onde conste o processo industrial de fabricação e as dimensões exigidas</p>				
02	<p><b>MICROTRATOR AGRÍCOLA (18 HP)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Microtrator agrícola de rabiça (duas rodas), novo (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p>MOTORIZAÇÃO: Motor diesel, monocilíndrico, de 4 tempos, com potência mínima de 18 HP. Deve possuir sistema de arrefecimento (refrigeração) a água por radiador, garantindo que o motor não superaqueça em jornadas longas sob sol forte.</p> <p>PARTIDA E ELÉTRICA: Sistema de partida elétrica (com bateria inclusa) e auxiliar manual por manivela. Equipado com alternador para recarga da bateria e farol frontal de alta luminosidade para operações noturnas.</p> <p>TRANSMISSÃO E TRAÇÃO: Tração 4x2 com bloqueio de diferencial (essencial para não</p>	UNID	01	R\$ 30.448,77	R\$ 30.448,77





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>atolar). Câmbio com no mínimo 6 marchas à frente e 2 à ré, permitindo diferentes velocidades de operação.</p> <p>CAPACIDADE E IMPLEMENTOS: Tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros. Deve possuir Tomada de Força (TDP) com sistema de engate rápido para acoplamento de implementos (enxada rotativa, carreta, arado, etc.).</p> <p>ERGONOMIA: Guidão com ajuste de altura e lateral, permitindo que o operador trabalhe na posição correta. Alavancas de comando posicionadas para fácil acesso.</p> <p>RODAGEM: Pneus agrícolas de alta tração (mínimo aro 12), adequados para terrenos argilosos e úmidos.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência de 18 HP, o sistema de arrefecimento a água e a capacidade do tanque.</p>				
03	<p><b>MOTONIVELADORA (170 HP)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Motoniveladora articulada, nova (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p>MOTORIZAÇÃO: Motor a diesel, turboalimentado, com certificação de emissões (MAR-1 ou superior), no mínimo 6 cilindros. Potência líquida volante mínima de 170 HP. Sistema de monitoramento eletrônico do motor com diagnóstico de falhas.</p> <p>TRANSMISSÃO: Tipo Direct Drive ou Power Shift com conversor de torque e sistema de bloqueio (Lock-up), controlada eletronicamente. Mínimo de 8 marchas à frente e 6 à ré (ou configuração equivalente que totalize no mínimo 14 marchas).</p> <p>PESO OPERACIONAL: Mínimo de 15.000 kg (configurada com contrapesos, lâmina, operador e tanque cheio), garantindo estabilidade e força de tração.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO: Sistema de centro fechado com detecção de carga (Load Sensing), permitindo movimentos precisos e simultâneos da lâmina com menor consumo de combustível.</p> <p>LÂMINA E CÍRCULO: Lâmina central com largura</p>	UNID	01	R\$ 933.570,08	R\$ 933.570,08





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>mínima de 3,66m (12 pés), com bordas de corte substituíveis. Círculo de giro acionado por motor hidráulico com proteção contra impactos.</p> <p>CABINE (CONFORTO E SEGURANÇA): Cabine fechada, climatizada com ar-condicionado de alta capacidade, isolamento acústico e térmico. Proteção certificada ROPS/FOPS (contra capotamento e queda de objetos). Assento do operador com suspensão pneumática ou mecânica de alta resistência.</p> <p>MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA: Pontos de lubrificação e verificação de fluidos acessíveis ao nível do solo. Painel de instrumentos digital em português.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação obrigatória de catálogo técnico original e prospecto detalhado do fabricante. O equipamento deve possuir rede de assistência técnica autorizada e consolidada em território nacional.</p>				
04	<p><b>TRATOR DE PNEUS (110 CV)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Trator agrícola de pneus, novo (zero hora), ano de fabricação vigente, tração 4x4 assistida (4WD).</p> <p>MOTORIZAÇÃO: Motor diesel de no mínimo 4 cilindros, turboalimentado, potência mínima de 110 CV (norma ISO TR14396). Deve possuir sistema de injeção de alta eficiência e fácil manutenção.</p> <p>TRANSMISSÃO: Transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré (12x12), com reversor (mecânico ou eletro-hidráulico) para facilitar manobras em espaços reduzidos.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO E LEVANTE: Capacidade mínima de levante no olhal de 3.500 kg. Bomba hidráulica com vazão mínima de 55 litros/minuto, garantindo agilidade no acionamento de implementos pesados. No mínimo 02 válvulas de controle remoto (VCR) de dupla ação.</p> <p>TOMADA DE POTÊNCIA (TDP): Independente, com acionamento eletro-hidráulico ou mecânico, com velocidades nominais de 540 / 1.000 rpm.</p>	UNID	01	R\$ 331.930,00	R\$ 331.930,00





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p><b>ESTRUTURA DE PROTEÇÃO:</b> Equipado de fábrica com Cabine Original ou Plataforma com ROPS (Estrutura de Proteção Contra Capotamento) certificada. Se for cabinado, deve possuir ar-condicionado de alta capacidade e filtragem de ar.</p> <p><b>PESO E LASTREAMENTO:</b> Peso operacional mínimo (com lastro) de 4.500 kg, para garantir tração plena sem patinagem excessiva. Acompanha jogo completo de contrapesos dianteiros e traseiros.</p> <p><b>TECNOLOGIA E ERGONOMIA:</b> Painel de instrumentos com indicadores de temperatura, pressão do óleo, horímetro e tacômetro digital. Assento do operador com regulagem de peso e altura.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência, capacidade de levantar e vazão da bomba..</p>				
05	<p><b>ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL (38cm³)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Roçadeira lateral de uso profissional, nova (zero hora), motor 2 tempos a gasolina.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO E POTÊNCIA:</b> Cilindrada mínima de 35cm³ e potência líquida mínima de 1.4 kW (1.9 CV). O motor deve possuir sistema de purificação de ar de longa duração (compensador) para garantir performance constante.</p> <p><b>SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO (PONTO CHAVE):</b> Deve possuir sistema antivibratório profissional de 4 pontos ou superior, composto por elementos amortecedores (molas de aço ou coxins de borracha de alta densidade) que isolem o motor do cabo de manejo e do guidão, visando a saúde ocupacional do operador.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Eixo cardã de aço rígido (não flexível). Tubo de transmissão em alumínio de alta resistência com diâmetro externo compatível com regime de trabalho pesado.</p> <p><b>ERGONOMIA:</b> Guidão tipo "bicicleta" (duplo) com ajuste de inclinação. Sistema de partida com amortecedor de elastômero (tipo ElastoStart ou</p>	UNID	06	R\$ 2.661,63	R\$ 15.969,80





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>Smart Start) para redução de impacto no esforço de tração.</p> <p>CAPACIDADE E PESO: Tanque de combustível com capacidade mínima de 0,58 litros e máxima de 0,95 litros (para equilíbrio de peso/autonomia). Peso seco máximo (sem ferramenta de corte) de 8,0 kg.</p> <p>ACESSÓRIOS PROFISSIONAIS: * Cinto/Cinturão de sustentação duplo, acolchoado e ergonômico, com protetor de quadril e sistema de desengate rápido.</p> <p>Cabeçote de corte com fio de nylon automático.</p> <p>Lâmina de corte de 3 pontas em aço de alta resistência.</p> <p>COMPROVAÇÃO E GARANTIA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante. O equipamento deve possuir Assistência Técnica Autorizada e consolidada na região, com disponibilidade imediata de peças de reposição (pistão, anéis, filtros e eixos)</p>				
--	---	--	--	--	--

#### 4. DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

##### 4.1. Do Prazo de Entrega

4.1.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração Municipal.

4.1.2. O prazo estabelecido considera a natureza dos bens, os procedimentos de fabricação, aquisição e transporte, bem como as particularidades logísticas do Município de Rodrigues Alves/AC.

4.1.3. Eventual prorrogação do prazo de entrega somente será admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas pela contratada e formalmente autorizadas pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

##### 4.2. Do Local e Horário de Entrega

4.2.1. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/AC, localizado no próprio prédio da Prefeitura, no seguinte endereço:

Avenida São José, nº 780 – Centro, CEP 69985-000, Rodrigues Alves/AC, Brasil.

4.2.2. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário das 7h30 às 13h30, exceto aos finais de semana e feriados, mediante prévio agendamento com a unidade responsável.







#### **4.3. Das Condições de Fornecimento e Entrega**

4.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente montados e prontos para uso, quando aplicável.

4.3.2. A entrega deverá ser acompanhada de:

- a) nota fiscal correspondente;
- b) manual do fabricante;
- c) certificado de garantia;
- d) demais documentos técnicos exigidos neste Termo de Referência.

4.3.3. Todos os custos relacionados ao fornecimento e à entrega, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros encargos, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.3.4. A Administração Municipal poderá realizar verificação técnica e testes de funcionamento no momento da entrega, como condição para o recebimento provisório.

4.3.5. Constatada qualquer irregularidade, defeito ou desconformidade com as especificações técnicas, a contratada deverá proceder à substituição, correção ou regularização, sem ônus adicional para a Administração, no prazo a ser definido pela fiscalização.

#### **4.4. Da Responsabilidade da Contratada**

4.4.1. A contratada será integralmente responsável pela qualidade, procedência, desempenho e conformidade técnica dos equipamentos fornecidos.

4.4.2. O descumprimento dos prazos, condições de entrega ou especificações técnicas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual..

#### **4.5.1. Da Garantia**

4.5.1.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima conforme especificação do fabricante, contada a partir do recebimento definitivo, formalmente comprovada por meio de certificado de garantia.

4.5.1.2. Durante o período de garantia, a empresa contratada será integralmente responsável, sem qualquer ônus para a Administração Pública, pela correção de defeitos de fabricação, montagem ou funcionamento, abrangendo, quando aplicável:

- a) motor, transmissão, sistema hidráulico e sistema elétrico;
- b) componentes mecânicos, estruturais e de comando;
- c) válvulas, bombas, mangueiras, comandos remotos e dispositivos de controle;
- d) peças, componentes, mão de obra especializada, deslocamento técnico e demais serviços necessários à restauração do pleno funcionamento do equipamento.

4.5.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues com óleos, fluidos, lubrificantes e filtros novos, em conformidade com as especificações técnicas do fabricante e em condições adequadas de operação.



4.5.1.4. Durante o período de garantia, as manutenções corretivas e preventivas relacionadas a defeitos cobertos pela garantia, inclusive eventuais substituições de peças, fluidos, óleos e filtros, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, desde que decorrentes de falha de fabricação, montagem ou funcionamento.

4.5.1.5. Após o término do período de garantia, a responsabilidade pelas manutenções preventivas e corretivas, incluindo trocas de óleo, fluidos, filtros e demais insumos, passará a ser da Administração Pública, devendo tais procedimentos ser realizados estritamente de acordo com o manual e as orientações técnicas do fabricante.

4.5.1.6. A realização de manutenções preventivas pela Administração, em conformidade com o manual do fabricante, não poderá ser utilizada como justificativa para negativa de cobertura da garantia, quando o defeito estiver relacionado a vício de fabricação, montagem ou funcionamento.

4.5.1.7. Constatado defeito coberto pela garantia, a contratada deverá providenciar o reparo ou a substituição do componente defeituoso em prazo razoável, contado da comunicação formal da Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.5.1.8. O descumprimento das obrigações relativas à garantia sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual.

#### **4.6. DAS MULTAS E PENALIDADES**

4.6.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, inclusive atraso na entrega, fornecimento em desconformidade com as especificações técnicas ou descumprimento das condições de garantia, sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

4.6.2. Poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa, na forma e percentuais estabelecidos no instrumento contratual;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.6.3. A aplicação das penalidades observará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

#### **4.7. DA RESPONSABILIDADE LOGÍSTICA**

4.7.1. A logística de fornecimento e entrega dos equipamentos será de inteira responsabilidade da contratada, incluindo transporte, carga, descarga, manuseio, seguro e demais encargos necessários até o local indicado pela Administração.

4.7.2. A contratada assumirá todos os riscos e custos relacionados ao transporte, inclusive aqueles decorrentes de danos, avarias ou extravios ocorridos até a entrega e o recebimento provisório dos equipamentos.

#### **4.8. DA DOCUMENTAÇÃO DE ENTREGA**

4.8.1. No ato da entrega, a contratada deverá apresentar, obrigatoriamente:



- a) nota fiscal correspondente aos bens fornecidos;
- b) certificado de garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor;
- c) manual do fabricante;
- d) termo de entrega, contendo a identificação detalhada dos equipamentos e a confirmação de conformidade com as especificações contratuais.

4.8.2. A ausência ou irregularidade da documentação poderá ensejar a recusa do recebimento dos equipamentos até sua regularização.

## **4.9. DA COMUNICAÇÃO E DOS IMPREVISTOS**

4.9.1. Qualquer atraso, intercorrência ou imprevisto que possa comprometer o prazo ou as condições de entrega deverá ser comunicado imediatamente à Administração Municipal, de forma formal e justificada.

4.9.2. A proposta de novo prazo somente será considerada mediante justificativa técnica adequada e desde que expressamente autorizada pela Administração, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.3. A ausência de comunicação tempestiva não eximirá a contratada das responsabilidades e penalidades cabíveis

## **5. DO RECEBIMENTO**

5.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues no local indicado pela Administração, conforme estabelecido neste Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

5.1.2. O prazo máximo para entrega será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.1.3. Todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, correrão por conta exclusiva da Contratada.

5.1.4. O recebimento será realizado provisoriamente, de forma sumária, por servidor ou comissão designada, com a finalidade de verificar a quantidade, a integridade aparente e a conformidade preliminar do objeto com as especificações contratuais.

### **5.2. Do Recebimento Definitivo**

5.2.1. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, após verificação detalhada da qualidade, do funcionamento e do atendimento integral às especificações técnicas e exigências contratuais.

5.2.2. O prazo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega do objeto, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências técnicas.

5.2.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com o Termo de Referência ou com as especificações técnicas.

5.2.4. Constatadas irregularidades, a Contratada deverá promover a substituição, correção ou reparação, sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização.

### **5.3. Da Rejeição e Regularização**

5.3.1. Caso os equipamentos sejam considerados insatisfatórios no recebimento provisório, será lavrado termo de recusa, no qual constarão as desconformidades verificadas, devendo os bens ser recolhidos e substituídos ou reparados pela Contratada.

5.3.2. O fornecimento em desconformidade não será recebido, ficando o pagamento suspenso até a



completa regularização do objeto.

5.3.3. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade, quantidade ou funcionamento, ainda que constatados posteriormente.

#### **5.4. Da Fiscalização do Contrato**

5.4.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.2. Caberá ao fiscal verificar o cumprimento das especificações, legitimar a liquidação dos pagamentos e registrar formalmente as ocorrências relativas à execução contratual.

5.4.3. O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.4.4. A omissão da fiscalização não eximirá a Contratada de sua integral responsabilidade pela execução do contrato.

#### **5.5. Das Controvérsias e do Pagamento**

5.5.1. Havendo controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou execução do objeto, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa, quando cabível.

5.5.2. Caso o objeto seja recusado ou a documentação fiscal apresente incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização da entrega ou do documento fiscal;

### **6. PAGAMENTO**

6.1.1. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, devidamente atestado por servidor ou comissão designada, nos termos deste Termo de Referência.

6.1.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá observar fielmente as condições contratuais e refletir o valor exato do objeto efetivamente recebido.

6.1.3. Havendo glosa parcial, a Contratante comunicará formalmente a Contratada para que proceda à emissão da Nota Fiscal/Fatura com o valor devidamente ajustado.

#### **6.2. Da Conferência da Nota Fiscal/Fatura**

6.2.1. O setor competente verificará se a Nota Fiscal/Fatura apresentada contém, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

- a) data de emissão;
- b) identificação da Contratada;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) descrição do objeto fornecido;
- e) valor a pagar;
- f) destaque das retenções tributárias, quando cabíveis.

6.2.2. Constatado erro formal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada promova a regularização, sem ônus para a Administração.

6.2.3. O prazo para pagamento será contado a partir da regularização da Nota Fiscal/Fatura, quando houver pendência.

#### **6.3. Da Regularidade Fiscal**

6.3.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da Contratada, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação da documentação exigida.

6.3.2. Verificada situação de irregularidade fiscal, a Contratada será notificada por escrito para regularizar sua situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério da Administração.

6.3.3. Persistindo a irregularidade, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **6.4. Do Prazo e Forma de Pagamento**





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

- 6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e sem pendências.
- 6.4.2. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.
- 6.4.3. Não será realizado pagamento sem prévia autorização da Contratante, observadas as formalidades legais e contratuais.

## **7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 7.1. A Contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento adequado e da perfeita execução do objeto.
- 7.2. São responsabilidades da Contratada, além de outras previstas na legislação aplicável:
- a) Iniciar e concluir o fornecimento dos equipamentos nos prazos, condições e locais estabelecidos;
  - b) Fornecer bens novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e condições contratuais;
  - c) Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens fornecidos que apresentarem vícios, defeitos, falhas, irregularidades ou desconformidades com as especificações;
  - d) Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - e) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais obrigações legais, decorrentes da execução contratual;
  - f) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante;
  - g) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer irregularidade, fato ou circunstância que possa comprometer a execução do contrato;
  - h) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante, bem como atender prontamente às reclamações relacionadas ao objeto;
  - i) Submeter-se à fiscalização da Contratante, permitindo amplo acesso às informações e aos bens fornecidos;
  - j) Disponibilizar todos os meios necessários à comprovação da qualidade, conformidade técnica e operacionalidade dos equipamentos;
  - k) Indicar formalmente preposto, no ato da assinatura do contrato, com poderes suficientes para representá-la junto à Administração;
  - l) Responder pela idoneidade técnica e profissional de eventuais subcontratados, quando admitidos;
  - m) Comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, sempre que exigido para fins de pagamento;
  - n) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, nos termos da legislação vigente, quando aplicável;
  - o) Aceitar acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Compete ao Contratante, além das demais obrigações previstas na legislação aplicável:
- a) Receber os equipamentos fornecidos pela Contratada, nos prazos, condições e locais







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

estabelecidos neste Termo de Referência;

b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas, condições contratuais e proposta vencedora, para fins de recebimento provisório e definitivo;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos fornecidos em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital, com a proposta ou com as exigências contratuais;

d) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento, inclusive falhas, defeitos, imperfeições ou irregularidades, determinando as providências necessárias à sua correção;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão previamente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

f) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, correspondentes aos bens efetivamente entregues e recebidos definitivamente, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

g) Proceder às retenções tributárias previstas na legislação vigente, efetuando os recolhimentos nos prazos legais;

h) Suspender ou paralisar, de forma justificada e mediante formalização adequada, o fornecimento do objeto, no todo ou em parte, quando houver interesse público devidamente motivado ou descumprimento contratual, assegurados os direitos legais da Contratada quanto ao pagamento do que houver sido regularmente entregue;

i) Não assumir responsabilidade por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados

## 9. DAS MODIFICAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. As modificações do contrato reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere às hipóteses e limites legais de alteração contratual.

9.2. Nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, especialmente nas seguintes situações:

I – variação do valor contratual decorrente de reajuste ou repactuação de preços, quando previstos no próprio contrato;

II – atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento estabelecidas contratualmente;

III – alterações na razão social ou na denominação da empresa contratada;

IV – empenho ou reforço de dotações orçamentárias.

9.3. As alterações que importem modificação do objeto, do prazo, das quantidades ou das condições originalmente pactuadas, quando admitidas pela legislação, deverão ser formalizadas por termo aditivo, respeitados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. As alterações contratuais somente poderão ser realizadas quando devidamente justificadas, motivadas pelo interesse público e precedidas de análise técnica, jurídica e orçamentária, conforme o caso.

## 10. SANÇÕES

10.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sujeitará a empresa às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.

10.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções administrativas:

a) Advertência, quando a infração for considerada de menor gravidade;







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

b) Multa, nos seguintes termos:

multa moratória, em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal, quando a Contratada:

não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, quando convocada;

não entregar a documentação exigida;

apresentar documentação falsa;

causar atraso injustificado na execução do objeto;

falhar ou fraudar a execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo;

declarar informações falsas;

cometer fraude fiscal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de infrações graves, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.3. As sanções serão aplicadas de forma motivada e proporcional, observados a natureza da infração, os danos causados à Administração e os antecedentes da Contratada.

10.4. A multa aplicada poderá ser:

descontada dos pagamentos devidos à Contratada;

cobrada administrativamente;

ou, se necessário, inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente, na forma da lei.

10.5. A aplicação das sanções não exclui a possibilidade de rescisão contratual, quando caracterizada a inexecução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. A critério da Administração, as penalidades poderão ser mitigadas ou suspensas, total ou parcialmente, quando o descumprimento decorrer de motivo devidamente justificado e aceito, hipótese em que poderá ser fixado novo prazo para cumprimento das obrigações, sem prejuízo do interesse público

## 11. MEDIDAS ACUTELADORAS

11.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Município de Rodrigues Alves poderá, mediante decisão devidamente motivada, revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, respeitados os princípios da legalidade, do interesse público e da motivação dos atos administrativos.

11.2. Constatada a existência de vício insanável, a autoridade competente deverá declarar a nulidade do procedimento, indicando expressamente os atos eivados de ilegalidade, tornando sem efeito todos os atos subsequentes que deles dependam, nos termos da legislação vigente.

11.3. A anulação do procedimento licitatório ou do contrato dele decorrente dará ensejo à apuração de responsabilidade daqueles que tenham dado causa ao vício, quando cabível, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais aplicáveis.

11.4. A revogação ou anulação do procedimento não gerará direito à indenização, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, observando-se, em qualquer caso, o devido processo legal.

## 12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ao(s) qual(is) competirá acompanhar a execução contratual, dirimir dúvidas, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

12.1.1. O(s) fiscal(is) do contrato será(ão) formalmente designado(s) por Portaria, a qual deverá



integrar o processo administrativo e o instrumento contratual.

12.2. Compete à fiscalização verificar o atendimento às especificações técnicas, aos prazos, às condições de fornecimento, à qualidade dos bens entregues e às demais obrigações assumidas pela Contratada.

12.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, defeitos, vícios ou danos decorrentes da execução contratual, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

12.4. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos pelos atos praticados pela Contratada.

### **13. HABILITAÇÃO JURIDICA**

13.1. Para fins de habilitação jurídica, a licitante deverá comprovar sua existência legal e capacidade para contratar com a Administração Pública, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação correspondente;
- c) Ato de eleição ou de nomeação dos administradores, quando se tratar de sociedades por ações ou quando o ato constitutivo assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Documento de identificação do representante legal da licitante, quando aplicável.

13.2. Os documentos deverão estar válidos na data da sessão pública e comprovar que o objeto social da licitante é compatível com o objeto da contratação.

13.3. A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de sistemas oficiais de cadastro, quando admitido pelo edital, nos termos da legislação vigente.

### **14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

14.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá comprovar sua regularidade perante a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou positiva com efeitos de negativa;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação de certificado de regularidade;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da legislação vigente;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, quando exigível, nos termos da legislação aplicável.

14.2. Os documentos deverão estar válidos na data da sessão pública e poderão ser apresentados em forma eletrônica, conforme previsto no edital.



14.3. Será assegurado à licitante o direito à regularização fiscal e trabalhista, na forma da legislação vigente, quando aplicável, especialmente para as microempresas e empresas de pequeno porte.

14.4. A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista poderá ser realizada por meio de consulta aos sistemas eletrônicos oficiais, quando admitido pelo edital, dispensada a apresentação física dos documentos.

## **15. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

15.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, a licitante deverá comprovar capacidade para cumprir as obrigações decorrentes da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou documento equivalente, emitido há no máximo 90 (noventa) dias, quando outro prazo não constar expressamente no documento;
- b) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- c) Para empresas constituídas no exercício social corrente, balanço de abertura ou documentação contábil equivalente, devidamente registrada, conforme a legislação aplicável.

15.2. Considera-se último exercício social exigível aquele encerrado até a data da sessão pública da licitação, observado o prazo legal para sua apresentação, nos termos da legislação societária e contábil vigente.

15.3. Não será exigida a apresentação das demonstrações contábeis relativas a dois ou mais exercícios sociais, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns, sem complexidade técnica ou risco financeiro elevado, sendo a exigência de mais de um exercício desproporcional e potencialmente restritiva à competitividade do certame.

15.4. A comprovação da boa situação econômico-financeira poderá ser realizada por meio de índices contábeis, quando previstos no edital, desde que observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, vedada a exigência de índices excessivos ou incompatíveis com o objeto da contratação.

15.5. É vedada a exigência de garantia de proposta, bem como de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, salvo quando devidamente justificado no edital, nos termos da legislação vigente.

15.6. Os documentos de habilitação econômico-financeira deverão estar válidos na data da sessão pública e poderão ser apresentados por meio eletrônico, conforme disciplinado no edital

## **16. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

16.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento do objeto desta contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos documentos a seguir:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já forneceu, de forma satisfatória, máquinas, equipamentos ou implementos agrícolas, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação;
- b) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:
  - identificação da entidade emitente;
  - identificação da empresa fornecedora;
  - descrição sucinta do objeto fornecido;
  - período de execução ou fornecimento;





declaração de que o fornecimento foi realizado de forma satisfatória.

16.2. Não será exigida a comprovação de quantitativos mínimos superiores aos estritamente necessários, nem a apresentação de atestado específico para cada item, sendo admitido o somatório de atestados, desde que demonstrem compatibilidade com o objeto licitado.

16.3. É vedada a exigência de atestado de capacidade técnica exclusivamente emitido por órgão público, admitindo-se atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, em observância ao princípio da ampla competitividade.

16.4. Não será exigido registro ou visto em conselho profissional, por se tratar de contratação de fornecimento de bens comuns, sem execução de serviços técnicos especializados.

16.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

16.6. A comprovação da habilitação técnica poderá ser realizada por meio de cadastros oficiais, quando admitido pelo edital, observadas as normas aplicáveis.

#### **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DE TERMO DE REFERENCIA**

17.1. Após a análise técnica, administrativa e orçamentária da demanda, declara-se viável, necessária e adequada a contratação descrita neste Termo de Referência, tendo sido observados os princípios do planejamento, da legalidade, da economicidade, da eficiência, da competitividade e do interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. O objeto encontra-se claramente definido, com especificações técnicas suficientes e proporcionais à necessidade da Administração, sem restrições indevidas à competitividade, permitindo a ampla participação de interessados aptos a fornecer os bens nas condições estabelecidas.

17.3. A forma de contratação adotada mostra-se juridicamente adequada e tecnicamente compatível com a natureza do objeto, bem como com o valor estimado, estando alinhada às disposições legais e às boas práticas de governança das contratações públicas.

17.4. A estimativa de custos foi elaborada com base em critérios técnicos e fontes idôneas, revelando-se compatível com os preços praticados no mercado, assegurando a vantagem da contratação para a Administração Pública.

17.5. Conclui-se que o presente Termo de Referência reúne os elementos necessários para subsidiar o regular prosseguimento do procedimento licitatório, estando apto a instruir o edital e a contratação, sem prejuízo das análises jurídica e de controle interno subsequentes.

17.6. Diante do exposto, declara-se viável o presente Termo de Referência, recomendando-se o encaminhamento do processo às instâncias competentes para adoção das providências administrativas cabíveis.

Rodrigues Alves – Acre, 20 de Janeiro de 2026

#### **TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO POR:**

**Secretário Extraordinário de Planejamento**





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

**ANEXO II –  
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RODRIGUES  
ALVES/AC E A EMPRESA \_\_\_\_\_,  
PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E  
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, NOS TERMOS DA  
LEI Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE RODRIGUES ALVES, Estado do Acre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa na Av. São José, nº 780, CEP 69985-000, Rodrigues Alves/AC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Rodrigues Alves/AC, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na proposta vencedora, que integram este instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito:

- I – o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos;
- II – o Termo de Referência;
- III – o Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- IV – a proposta da CONTRATADA;
- V – os demais documentos constantes do processo administrativo.

Parágrafo único. Em caso de divergência entre os documentos, prevalecerá a seguinte ordem hierárquica: Contrato, Edital, Termo de Referência e ETP, observada a legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O fornecimento será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, situado na Av. São José, nº 780, CEP 69985-000, Rodrigues Alves/AC, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta da CONTRATADA, já incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observadas as retenções tributárias previstas em lei.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto será recebido:

- I – provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade;
- II – definitivamente, após comprovação do atendimento integral às exigências contratuais.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios aparentes ou ocultos.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme prazo e condições estabelecidas pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo.

Durante o período de garantia, todas as despesas decorrentes de defeitos de fabricação, falhas técnicas ou vícios de qualidade correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, incluindo:

- I – substituição de peças;
- II – mão de obra técnica;
- III – deslocamento de técnicos;
- IV – transporte do equipamento, quando necessário;
- V – demais serviços indispensáveis à plena funcionalidade.

As manutenções corretivas deverão observar rigorosamente o manual do fabricante, não podendo gerar ônus adicional à Administração.

Encerrado o período de garantia, as manutenções passarão a ser de responsabilidade do CONTRATANTE, conforme orientações técnicas do fabricante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA:







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

- I – fornecer bens novos, sem uso anterior;
- II – cumprir os prazos e especificações contratuais;
- III – assumir integral responsabilidade pela logística de entrega;
- IV – substituir bens entregues em desconformidade;
- V – prestar assistência técnica durante a garantia;
- VI – manter as condições de habilitação;
- VII – responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- VIII – comunicar irregularidades;
- IX – aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- II – receber o objeto conforme regras contratuais;
- III – efetuar os pagamentos devidos;
- IV – comunicar irregularidades;
- V – designar fiscal do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

O inadimplemento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária indicada no edital e na nota de empenho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora, nos termos do art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Após decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, aplicado



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

sobre o valor contratual vigente à época do reajuste.

O reajuste será concedido somente após análise técnica e administrativa da Administração, devendo a CONTRATADA comprovar o decurso do interregno mínimo legal e a variação do índice aplicável, não sendo admitida retroatividade anterior à data do requerimento.

Independentemente do reajuste anual, poderá ser concedida a revisão contratual, a qualquer tempo, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda fatos alheios à vontade das partes, que onerem excessivamente a execução do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, e do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A eventual concessão de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento formal da CONTRATADA, devidamente instruído com documentação comprobatória do desequilíbrio alegado, e estará condicionada à análise técnica, jurídica e à decisão da autoridade competente.

O reajuste, a revisão ou o reequilíbrio econômico-financeiro não serão automáticos, não gerando direito adquirido, devendo observar rigorosamente a legislação vigente, as condições pactuadas neste contrato e o interesse público

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Rodrigues Alves/AC para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento.

Rodrigues Alves, XX de XXXX de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal de Rodrigues Alves CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal CONTRATADA





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

## ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º / \_\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

### CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Qtd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	xx	XXXXXX	XXXXXXXX	XXXX

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços** é de **xx (xxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

**Prazo de entrega** conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

**Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

## **APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE**

Número do processo: 0002.0001/2026-022

##### **1.1. Introdução:**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade apresentar a análise técnica, jurídica e econômica que fundamenta a contratação destinada à aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, voltados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Rodrigues Alves, Estado do Acre, em atendimento às demandas da agricultura familiar e às políticas públicas municipais de desenvolvimento rural.

O estudo foi elaborado em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente ao art. 18, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento prévio das contratações públicas, mediante a avaliação da necessidade, da viabilidade técnica, da adequação da solução, da estimativa de custos e dos riscos envolvidos, antes da formalização do procedimento de contratação.

Este ETP busca demonstrar a necessidade da contratação, a adequação da solução proposta frente às alternativas disponíveis, a compatibilidade técnica dos equipamentos com a frota já existente e com as condições operacionais do Município, bem como a viabilidade econômica da aquisição, assegurando que a contratação atenda de forma eficiente, proporcional e alinhada ao interesse público.

A iniciativa está diretamente vinculada à execução de convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, com Plano de Trabalho previamente aprovado, e visa complementar e reforçar a capacidade operacional dos serviços mecanizados prestados no meio rural, contribuindo para a melhoria do preparo do solo, da correção agrícola e da produtividade das unidades familiares de produção.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar busca assegurar que a contratação pretendida observe os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

interesse público, promovendo o fortalecimento da infraestrutura produtiva rural e a melhoria da prestação dos serviços públicos voltados ao setor agrícola no Município de Rodrigues Alves/AC.

## **1.2. Objeto:**

Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e rodoviários novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural e ao apoio às atividades de manutenção, mobilidade e desenvolvimento sustentável no Município de Rodrigues Alves/AC.

## **1.2. Área solicitante**

Secretaria Municipal de Agricultura e Administração

## **Equipe de planejamento da contratação:**

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Administração

## **2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO OU DA NECESSIDADE APRESENTADA (art. 18, §1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de ampliar e fortalecer a capacidade operacional da frota municipal de máquinas e implementos agrícolas do Município de Rodrigues Alves/AC, de modo a atender, de forma mais eficiente, regular e planejada, às demandas da agricultura familiar e das comunidades rurais.

Embora o Município já disponha de equipamentos agrícolas em funcionamento, verifica-se que a demanda pelos serviços mecanizados supera a capacidade atualmente instalada, especialmente nos períodos críticos do calendário agrícola, como o preparo do solo e a aplicação de corretivos, etapas indispensáveis ao êxito das atividades produtivas. Tal cenário resulta em sobrecarga dos equipamentos existentes, aumento do tempo de espera para atendimento aos produtores rurais e limitação da cobertura das áreas agrícolas atendidas.

A insuficiência da capacidade operacional, quando considerada a extensão territorial do Município, o número de agricultores atendidos e a sazonalidade das atividades agrícolas, compromete a eficiência do planejamento das ações da Secretaria Municipal de Agricultura e dificulta a execução





simultânea das atividades necessárias ao atendimento das metas pactuadas no âmbito das políticas públicas de apoio ao produtor rural.

Adicionalmente, a contratação está vinculada à execução de convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, com Plano de Trabalho previamente aprovado, o que impõe à Administração Municipal a necessidade de cumprir prazos, metas e resultados estabelecidos, sob pena de prejuízos à execução do objeto e à efetividade da aplicação dos recursos públicos.

A ausência de reforço da frota municipal pode comprometer o atendimento adequado aos agricultores familiares, atrasar o início das atividades produtivas, reduzir a eficiência do preparo do solo e impactar negativamente a produtividade agrícola e a geração de renda no meio rural.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, capazes de complementar a frota existente, ampliar a capacidade de atendimento da Administração Municipal, otimizar o planejamento operacional e assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços mecanizados prestados à população rural, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

### **3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 18, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente contratação insere-se no contexto do planejamento das contratações públicas da Administração Municipal de Rodrigues Alves/AC, tendo sido precedida das etapas de identificação da necessidade, definição do objeto e análise preliminar da solução, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento prévio como condição para a realização das contratações públicas.

O planejamento da contratação foi formalizado por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), no qual foram descritos o objeto, a necessidade a ser atendida, a forma de contratação sugerida, a estimativa de custos, a origem dos recursos, o grau de prioridade da demanda e os riscos associados, assegurando a adequada motivação administrativa e a coerência entre os instrumentos de planejamento.

A demanda encontra-se alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, nos termos do Decreto Municipal nº 10, de 28 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o planejamento e a organização das contratações no âmbito do Município de Rodrigues Alves, garantindo sua





compatibilidade com as diretrizes administrativas, orçamentárias e operacionais da Administração Municipal.

A contratação também está vinculada à execução de convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, com Plano de Trabalho previamente aprovado pelo órgão concedente, circunstância que reforça a necessidade de planejamento adequado, observância dos prazos pactuados e compatibilização do procedimento licitatório com o cronograma físico-financeiro do instrumento de repasse.

No âmbito do planejamento, foram avaliados os aspectos técnicos, operacionais e econômicos da contratação, bem como a natureza do objeto, classificado como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, o que viabiliza a adoção do Pregão, na forma eletrônica, como modalidade mais adequada, nos termos da legislação vigente.

Dessa forma, a presente contratação resulta de planejamento prévio, integrado e consistente, observando os instrumentos formais de planejamento da Administração, a legislação aplicável e as boas práticas de governança das contratações públicas, assegurando maior eficiência, segurança jurídica e vantajosidade na aplicação dos recursos públicos.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, funcionais e de desempenho compatíveis com a finalidade pública pretendida, observando-se as necessidades da Administração Municipal, as condições de uso no meio rural e a integração com a frota de equipamentos já existente no Município de Rodrigues Alves/AC.

Os requisitos da contratação estão organizados em requisitos gerais e requisitos específicos, conforme a natureza dos equipamentos a serem adquiridos.

##### **4.1. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- a) Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, de fabricação recente, admitindo-se ano/modelo compatível com o exercício da contratação, acompanhados de nota fiscal, manual do fabricante e certificado de garantia;
- b) Os bens deverão atender às normas técnicas aplicáveis, bem como às exigências de segurança, qualidade, durabilidade e desempenho compatíveis com o uso institucional e rural;



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

- c) Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com a frota municipal já existente, permitindo operação integrada e intercambialidade operacional;
- d) A contratação não deverá conter indicação específica de marca ou modelo, admitindo-se qualquer fabricante que atenda integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas, assegurando ampla competitividade;
- e) Deverá ser assegurada assistência técnica autorizada ou suporte técnico no Estado do Acre ou em região que viabilize atendimento em prazo compatível com a continuidade do serviço público;
- f) Os equipamentos deverão possuir garantia mínima, conforme especificado para cada item, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento;
- g) O fornecedor deverá assegurar a entrega no Município de Rodrigues Alves/AC, arcando com todos os custos de transporte, carga e descarga;
- h) Deverá ser disponibilizada orientação técnica básica ou treinamento operacional, quando aplicável, visando ao correto uso e à preservação da vida útil dos equipamentos.

#### **4.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS – TRATORES AGRÍCOLAS**

Os tratores agrícolas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- a) Trator agrícola de pneus, novo, com motor a diesel, mínimo de 4 cilindros;
- b) Potência mínima de 85 cv, adequada às atividades de preparo do solo e operação de implementos agrícolas;
- c) Tração 4x4, compatível com terrenos irregulares e solos característicos da região;
- d) Cabine fechada, com ar-condicionado, garantindo conforto e segurança ao operador;
- e) Transmissão com, no mínimo, 12 marchas à frente e 12 à ré, sincronizadas, com reversor;
- f) Sistema hidráulico com capacidade mínima de levantar igual ou superior a 3.200 kg, com no mínimo 3 válvulas de controle remoto de dupla função;
- g) Tomada de potência independente, 540 rpm;
- h) Direção hidrostática e sistema de freios a disco, imersos em banho de óleo;
- i) Capacidade mínima do tanque de combustível de 100 litros;
- j) Compatibilidade com implementos agrícolas do tipo arrasto e de três pontos;
- k) Garantia mínima de 12 (doze) meses.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

#### **4.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS – GRADES ARADORAS**

As grades aradoras deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) Grade aradora nova, com controle remoto;
- b) Composição mínima de 16 discos, com diâmetro compatível com o uso agrícola pretendido;
- c) Implemento agrícola do tipo traseiro de arrasto, compatível com tratores agrícolas de três pontos;
- d) Estrutura robusta, adequada ao preparo do solo em áreas rurais do Município;
- e) Compatibilidade operacional com os tratores a serem adquiridos e com a frota existente;
- f) Garantia mínima de 6 (seis) meses.

#### **4.4. REQUISITOS ESPECÍFICOS – DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO**

O distribuidor de calcário deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) Distribuidor de calcário novo, com capacidade mínima de carga igual ou superior a 2,8 m<sup>3</sup>;
- b) Sistema de rodagem com 04 pneus, em sistema tandem;
- c) Equipamento dotado de defletor para aplicação de calcário, assegurando distribuição adequada e uniforme;
- d) Implemento agrícola traseiro do tipo arrasto, compatível com tratores com potência entre 75 e 90 cv;
- e) Estrutura resistente, adequada ao uso contínuo em ambiente rural;
- f) Garantia mínima de 12 (doze) meses.

#### **4.5. CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO**

Os equipamentos serão recebidos mediante verificação do atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas, ficando condicionada a aceitação definitiva à comprovação de funcionamento adequado, compatibilidade operacional e regularidade da documentação exigida.

### **5. DESCRIÇÃO DOS ITENS**

A contratação contempla a aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Rodrigues Alves/AC, com vistas a complementar a frota de equipamentos já existente e ampliar a capacidade operacional dos serviços mecanizados prestados aos produtores rurais.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Os itens a serem adquiridos estão descritos de forma objetiva, considerando sua funcionalidade, finalidade operacional e integração entre si, conforme detalhado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE A CONTRATAR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<p><b>CARRETA BASCULANTE BAIXA (Capacidade 1.500 kg)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Carreta agrícola tipo basculante, nova (zero hora), de fabricação industrial (série), projetada para acoplamento em microtratores e tratores de pequena potência.</p> <p>ESTRUTURA E CHASSI: Chassi robusto fabricado em chapas de aço carbono, com tratamento anticorrosivo (pintura epóxi ou fundo preparador de alta resistência). Eixo único reforçado.</p> <p>CARROCERIA: Fabricada em madeira de lei (tipo cedro, roxinho ou equivalente), devidamente tratada e envernizada/pintada, com espessura de pranchas que suporte o trabalho pesado.</p> <p>Cantoneiras de reforço em aço em todas as extremidades.</p> <p>SISTEMA BASCULANTE: Basculamento traseiro acionado por cilindro hidráulico telescópico de alta pressão, com mangueiras e engate rápido compatível com o sistema do microtrator/trator.</p> <p>Ângulo de basculamento que garanta o escoamento total da carga.</p> <p>DIMENSÕES ESPECÍFICAS:</p> <p>Capacidade de carga: Mínima de 1.500 kg.</p> <p>Comprimento interno aproximado: 2,35 m.</p> <p>Largura interna aproximada: 1,15 m.</p> <p>Altura das tampas (guardas): 0,45 m.</p> <p>RODAGEM E SEGURANÇA: Equipada com pneus agrícolas novos de alta flutuação (mínimo aro 12, conforme projeto do fabricante). Deve possuir sistema de descanso (pé de apoio) regulável e articulado.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico ou prospecto do fabricante onde conste o processo industrial de fabricação e as dimensões exigidas</p>	UNID	01	R\$ 27.081,35	R\$ 27.081,35
02	<p><b>MICROTRATOR AGRÍCOLA (18 HP)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Microtrator agrícola de rabiça (duas rodas), novo (zero hora), ano de fabricação</p>	UNID	01	R\$ 30.448,77	R\$ 30.448,77





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>vigente.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor diesel, monocilíndrico, de 4 tempos, com potência mínima de 18 HP. Deve possuir sistema de arrefecimento (refrigeração) a água por radiador, garantindo que o motor não superaqueça em jornadas longas sob sol forte.</p> <p><b>PARTIDA E ELÉTRICA:</b> Sistema de partida elétrica (com bateria inclusa) e auxiliar manual por manivela. Equipado com alternador para recarga da bateria e farol frontal de alta luminosidade para operações noturnas.</p> <p><b>TRANSMISSÃO E TRAÇÃO:</b> Tração 4x2 com bloqueio de diferencial (essencial para não atolar). Câmbio com no mínimo 6 marchas à frente e 2 à ré, permitindo diferentes velocidades de operação.</p> <p><b>CAPACIDADE E IMPLEMENTOS:</b> Tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros. Deve possuir Tomada de Força (TDP) com sistema de engate rápido para acoplamento de implementos (enxada rotativa, carreta, arado, etc.).</p> <p><b>ERGONOMIA:</b> Guidão com ajuste de altura e lateral, permitindo que o operador trabalhe na posição correta. Alavancas de comando posicionadas para fácil acesso.</p> <p><b>RODAGEM:</b> Pneus agrícolas de alta tração (mínimo aro 12), adequados para terrenos argilosos e úmidos.</p> <p><b>COMPROVAÇÃO TÉCNICA:</b> Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência de 18 HP, o sistema de arrefecimento a água e a capacidade do tanque.</p>				
03	<p><b>MOTONIVELADORA (170 HP)</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO:</b> Motoniveladora articulada, nova (zero hora), ano de fabricação vigente.</p> <p><b>MOTORIZAÇÃO:</b> Motor a diesel, turboalimentado, com certificação de emissões (MAR-1 ou superior), no mínimo 6 cilindros. Potência líquida volante mínima de 170 HP. Sistema de monitoramento eletrônico do motor com diagnóstico de falhas.</p> <p><b>TRANSMISSÃO:</b> Tipo Direct Drive ou Power Shift</p>	UNID	01	R\$ 933.570,08	R\$ 933.570,08





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>com conversor de torque e sistema de bloqueio (Lock-up), controlada eletronicamente. Mínimo de 8 marchas à frente e 6 à ré (ou configuração equivalente que totalize no mínimo 14 marchas). PESO OPERACIONAL: Mínimo de 15.000 kg (configurada com contrapesos, lâmina, operador e tanque cheio), garantindo estabilidade e força de tração.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO: Sistema de centro fechado com detecção de carga (Load Sensing), permitindo movimentos precisos e simultâneos da lâmina com menor consumo de combustível.</p> <p>LÂMINA E CÍRCULO: Lâmina central com largura mínima de 3,66m (12 pés), com bordas de corte substituíveis. Círculo de giro acionado por motor hidráulico com proteção contra impactos.</p> <p>CABINE (CONFORTO E SEGURANÇA): Cabine fechada, climatizada com ar-condicionado de alta capacidade, isolamento acústico e térmico. Proteção certificada ROPS/FOPS (contra capotamento e queda de objetos). Assento do operador com suspensão pneumática ou mecânica de alta resistência.</p> <p>MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA: Pontos de lubrificação e verificação de fluidos acessíveis ao nível do solo. Painel de instrumentos digital em português.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação obrigatória de catálogo técnico original e prospecto detalhado do fabricante. O equipamento deve possuir rede de assistência técnica autorizada e consolidada em território nacional.</p>				
04	<p><b>TRATOR DE PNEUS (110 CV)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Trator agrícola de pneus, novo (zero hora), ano de fabricação vigente, tração 4x4 assistida (4WD).</p> <p>MOTORIZAÇÃO: Motor diesel de no mínimo 4 cilindros, turboalimentado, potência mínima de 110 CV (norma ISO TR14396). Deve possuir sistema de injeção de alta eficiência e fácil manutenção.</p> <p>TRANSMISSÃO: Transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré</p>	UNID	01	R\$ 331.930,00	R\$ 331.930,00







ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>(12x12), com reversor (mecânico ou eletro-hidráulico) para facilitar manobras em espaços reduzidos.</p> <p>SISTEMA HIDRÁULICO E LEVANTE: Capacidade mínima de levantar no olhal de 3.500 kg.</p> <p>Bomba hidráulica com vazão mínima de 55 litros/minuto, garantindo agilidade no acionamento de implementos pesados.</p> <p>No mínimo 02 válvulas de controle remoto (VCR) de dupla ação.</p> <p>TOMADA DE POTÊNCIA (TDP): Independente, com acionamento eletro-hidráulico ou mecânico, com velocidades nominais de 540 / 1.000 rpm.</p> <p>ESTRUTURA DE PROTEÇÃO: Equipado de fábrica com Cabine Original ou Plataforma com ROPS (Estrutura de Proteção Contra Capotamento) certificada. Se for cabinado, deve possuir ar-condicionado de alta capacidade e filtragem de ar.</p> <p>PESO E LASTREAMENTO: Peso operacional mínimo (com lastro) de 4.500 kg, para garantir tração plena sem patinação excessiva.</p> <p>Acompanha jogo completo de contrapesos dianteiros e traseiros.</p> <p>TECNOLOGIA E ERGONOMIA: Painel de instrumentos com indicadores de temperatura, pressão do óleo, horímetro e tacômetro digital.</p> <p>Assento do operador com regulagem de peso e altura.</p> <p>COMPROVAÇÃO TÉCNICA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante que comprove a potência, capacidade de levantar e vazão da bomba..</p>				
05	<p><b>ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL (38cm<sup>3</sup>)</b></p> <p>EQUIPAMENTO: Roçadeira lateral de uso profissional, nova (zero hora), motor 2 tempos a gasolina.</p> <p>MOTORIZAÇÃO E POTÊNCIA: Cilindrada mínima de 35cm<sup>3</sup> e potência líquida mínima de 1.4 kW (1.9 CV). O motor deve possuir sistema de purificação de ar de longa duração (compensador) para garantir performance constante.</p> <p>SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO (PONTO CHAVE):</p>	UNID	06	R\$ 2.661,63	R\$ 15.969,80





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

	<p>Deve possuir sistema antivibratório profissional de 4 pontos ou superior, composto por elementos amortecedores (molas de aço ou coxins de borracha de alta densidade) que isolem o motor do cabo de manejo e do guidão, visando a saúde ocupacional do operador.</p> <p>TRANSMISSÃO: Eixo cardã de aço rígido (não flexível). Tubo de transmissão em alumínio de alta resistência com diâmetro externo compatível com regime de trabalho pesado.</p> <p>ERGONOMIA: Guidão tipo "bicicleta" (duplo) com ajuste de inclinação. Sistema de partida com amortecedor de elastômero (tipo ElastoStart ou Smart Start) para redução de impacto no esforço de tração.</p> <p>CAPACIDADE E PESO: Tanque de combustível com capacidade mínima de 0,58 litros e máxima de 0,95 litros (para equilíbrio de peso/autonomia). Peso seco máximo (sem ferramenta de corte) de 8,0 kg.</p> <p>ACESSÓRIOS PROFISSIONAIS: * Cinto/Cinturão de sustentação duplo, acolchoado e ergonômico, com protetor de quadril e sistema de desengate rápido.</p> <p>Cabeçote de corte com fio de nylon automático. Lâmina de corte de 3 pontas em aço de alta resistência.</p> <p>COMPROVAÇÃO E GARANTIA: Apresentação de catálogo técnico original do fabricante. O equipamento deve possuir Assistência Técnica Autorizada e consolidada na região, com disponibilidade imediata de peças de reposição (pistão, anéis, filtros e eixos)</p>				
--	---	--	--	--	--

## 6. DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES (art. 18, §1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para atendimento da necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas as principais soluções possíveis, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, bem como a realidade do Município de Rodrigues Alves/AC, a natureza do objeto e as obrigações decorrentes do convênio federal vinculado à contratação.

### 6.1. Manutenção exclusiva da frota municipal existente



Esta solução consistiria na continuidade da prestação dos serviços mecanizados exclusivamente com os equipamentos atualmente disponíveis no Município, sem a incorporação de novos bens.

**Análise:**

Embora não gere novos custos imediatos de aquisição, esta alternativa apresenta limitações relevantes, uma vez que a frota existente já se encontra plenamente demandada, não sendo suficiente para atender, de forma eficiente e simultânea, às necessidades do setor rural, especialmente nos períodos críticos do calendário agrícola. Além disso, a sobrecarga operacional tende a acelerar o desgaste dos equipamentos, aumentar custos de manutenção corretiva e comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

## **6.2. Locação de máquinas e implementos agrícolas**

Esta solução envolveria a contratação de serviços de locação de tratores e implementos agrícolas, com ou sem operador, por demanda ou por período determinado.

**Análise:**

A locação pode representar alternativa viável em situações pontuais ou emergenciais. Entretanto, no contexto da presente demanda, apresenta desvantagens significativas, tais como custos recorrentes elevados ao longo do tempo, dependência de disponibilidade de fornecedores, menor previsibilidade operacional e dificuldades logísticas, especialmente considerando a localização do Município e as condições de acesso às comunidades rurais. Ademais, a locação não se mostra plenamente compatível com a finalidade do convênio federal, que prevê a aquisição de bens permanentes.

## **6.3. Aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos**

Esta solução consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, incorporando-os de forma definitiva à frota municipal, com vistas a complementar os equipamentos já existentes.

**Análise:**

A aquisição de bens permanentes permite ampliar a capacidade operacional do Município, assegurar maior autonomia na execução das atividades mecanizadas, reduzir a dependência de serviços externos e possibilitar melhor planejamento das ações no meio rural. Trata-se de solução alinhada ao Plano de Trabalho do convênio federal, com maior previsibilidade de custos,



melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo e maior controle sobre o uso, manutenção e disponibilidade dos equipamentos.

#### **6.4. Aquisição de equipamentos usados ou reconicionados**

Esta alternativa envolveria a aquisição de máquinas e implementos usados ou reconicionados, como forma de redução do custo inicial.

##### **Análise:**

Apesar de eventualmente apresentar menor desembolso inicial, essa solução implica riscos elevados relacionados à vida útil reduzida, maior probabilidade de falhas, custos elevados de manutenção e menor confiabilidade operacional, o que a torna inadequada para o atendimento das demandas contínuas do Município e incompatível com as exigências do convênio e com as boas práticas de gestão patrimonial.

### **7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA MODALIDADE**

A escolha da modalidade de contratação para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos fundamenta-se na natureza do objeto, nas características do mercado fornecedor, no valor estimado da contratação e nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas boas práticas de planejamento e governança das contratações públicas.

O objeto da contratação caracteriza-se como bem comum, uma vez que os equipamentos pretendidos possuem especificações técnicas padronizadas, amplamente praticadas no mercado, com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva, permitindo a comparação direta entre propostas de diferentes fornecedores, sem necessidade de soluções personalizadas ou singulares.

Nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, é a modalidade indicada para a aquisição de bens comuns, por assegurar maior competitividade, transparência, celeridade e economicidade ao procedimento licitatório, além de ampliar a participação de fornecedores de diferentes regiões do país.

A adoção do Pregão Eletrônico, no caso concreto, mostra-se especialmente adequada em razão da existência de mercado fornecedor competitivo, da possibilidade de definição clara e objetiva das especificações técnicas no Termo de Referência e da necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se que a contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, uma vez que os quantitativos estão previamente definidos, a aquisição possui finalidade específica e



vinculada a convênio federal, com Plano de Trabalho aprovado, não se caracterizando demanda de fornecimento contínuo ou parcelado que justifique a adoção do referido sistema.

Além disso, a escolha da modalidade de pregão eletrônico está alinhada às exigências do convênio firmado, ao planejamento das contratações do Município de Rodrigues Alves/AC e às diretrizes estabelecidas na legislação vigente, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, o cumprimento dos prazos pactuados e a efetividade da política pública de apoio ao produtor rural.

Dessa forma, a opção pelo Pregão Eletrônico, sem Sistema de Registro de Preços, revela-se juridicamente adequada, tecnicamente compatível e administrativamente vantajosa, atendendo aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

### 7.1 Fundamentação da escolha pela contratação Pregão (eletrônico)

Diante do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação por meio de Pregão, na forma eletrônica, apresenta-se como a modalidade mais adequada, juridicamente correta e administrativamente vantajosa para a Administração Municipal de Rodrigues Alves/AC, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto da contratação consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município, tratando-se de bens comuns, com especificações técnicas padronizadas, amplamente disponíveis no mercado nacional e passíveis de definição objetiva e comparação entre propostas de diferentes fornecedores, inexistindo qualquer elemento de singularidade técnica ou artística que inviabilize a competição.

O valor global estimado da contratação, definido no âmbito de convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, encontra-se significativamente acima dos limites legais para contratação direta, o que afasta qualquer hipótese de dispensa de licitação por valor, tornando obrigatória a realização de procedimento licitatório formal, com observância plena dos princípios da competitividade, isonomia e julgamento objetivo.

A análise das alternativas de contratação demonstrou que a realização de licitação por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, sem adoção do Sistema de Registro de Preços, é a solução que melhor atende ao interesse público, por possibilitar:

ampla competitividade, com participação de fornecedores de diversas regiões do país;

maior transparência e controle dos atos do procedimento;



obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

compatibilidade com os prazos e condições estabelecidos no Plano de Trabalho do convênio;

adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as exigências do órgão concedente.

Ressalta-se que a escolha do pregão eletrônico não afasta, mas reforça, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e planejamento, sendo imprescindível a regular instrução do processo com base neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, na estimativa e justificativa de preços, na análise jurídica e na decisão da autoridade competente.

Dessa forma, no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, configura-se como juridicamente adequada, tecnicamente justificada e economicamente vantajosa, atendendo às necessidades da Administração Municipal de Rodrigues Alves/AC, às exigências do convênio federal e ao interesse público.

## **8. ESTIMATIVA DO CUSTO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, incisos IV e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

A estimativa das quantidades e do valor da presente contratação foi elaborada a partir da necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD), das características operacionais da frota municipal existente, das metas pactuadas no Plano de Trabalho do convênio federal e da capacidade de atendimento pretendida pela Administração Municipal, considerando a realidade do Município de Rodrigues Alves/AC e a demanda da agricultura familiar.

### **8.1. Estimativa das Quantidades**

As quantidades estimadas para a contratação foram definidas com base na análise técnica da capacidade operacional atual, na necessidade de complementação da frota existente e na compatibilização com os limites financeiros do convênio firmado, resultando na seguinte previsão:

02 (dois) tratores agrícolas, destinados a ampliar a capacidade de execução simultânea das atividades mecanizadas e reduzir a sobrecarga dos equipamentos atualmente disponíveis;

02 (duas) grades aradoras, compatíveis com os tratores, destinadas ao preparo do solo em áreas produtivas rurais;





01 (um) distribuidor de calcário, destinado à aplicação de corretivos agrícolas, essencial para a melhoria da fertilidade do solo e aumento da produtividade.

A definição das quantidades considerou, ainda, a interdependência operacional entre os equipamentos, uma vez que os tratores atuam como unidades motrizes para os implementos agrícolas, permitindo o uso integrado dos bens adquiridos, a racionalização da frota e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, sem geração de ociosidade ou subutilização dos equipamentos.

As memórias de cálculo das quantidades, bem como os estudos que demonstram a compatibilidade entre a demanda, a frota existente e as metas do Plano de Trabalho, constam dos documentos de suporte anexados ao processo administrativo.

## **8.2. Estimativa do Valor da Contratação**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada no âmbito do convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, estando os preços unitários e o valor global previamente definidos e aprovados no respectivo Plano de Trabalho, em conformidade com as normas aplicáveis às transferências voluntárias da União e com as diretrizes do sistema Transferegov.

Os valores unitários estimados para cada item foram estabelecidos com base em referências de mercado utilizadas pelo órgão concedente, considerando equipamentos tecnicamente equivalentes, com especificações compatíveis com o uso institucional pretendido e com as condições logísticas do Estado do Acre.

A estimativa consolidada do custo da contratação é a seguinte:

Trator agrícola: 02 unidades – valor unitário estimado conforme Plano de Trabalho;

Grade aradora: 02 unidades – valor unitário estimado conforme Plano de Trabalho;

Distribuidor de calcário: 01 unidade – valor unitário estimado conforme Plano de Trabalho.

O valor global estimado da contratação é de R\$ 981.000,00 (novecentos e oitenta e um mil reais).

As memórias de cálculo dos preços, os preços unitários referenciais e os documentos de suporte utilizados na formação do valor estimado encontram-se devidamente juntados ao processo administrativo, podendo constar em anexo classificado, caso a Administração opte por preservar o sigilo dessas informações até a conclusão do procedimento licitatório, nos termos do art. 18, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Ressalta-se que, embora os valores estejam previamente definidos no Plano de Trabalho do convênio, o procedimento licitatório deverá demonstrar compatibilidade com os preços praticados no mercado, observando-se o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **9. DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS AOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

As exigências relacionadas aos requisitos da contratação foram estabelecidas com a finalidade de assegurar que os bens a serem adquiridos atendam de forma adequada às necessidades funcionais, operacionais e institucionais da Administração Municipal, garantindo desempenho, durabilidade, segurança e eficiência na utilização dos equipamentos no meio rural.

As exigências foram definidas de maneira proporcional e razoável, compatíveis com a natureza do objeto, com o valor estimado da contratação e com o uso pretendido, sem impor restrições indevidas à competitividade, vedada qualquer indicação de marca ou modelo específico, em observância aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade, razoabilidade e julgamento objetivo.

### **9.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

#### **9.1.1. Exigências Técnicas Gerais**

- a) Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, de primeiro uso, de fabricação recente, acompanhados de nota fiscal, manual do fabricante e certificado de garantia;
- b) Os bens deverão atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como às boas práticas de fabricação, qualidade e desempenho compatíveis com o uso contínuo em ambiente rural;
- c) Não será admitida a indicação de marca ou modelo, sendo aceitos equipamentos de qualquer fabricante, desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas;
- d) Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com a frota municipal existente, permitindo operação integrada e eficiente;
- e) O fornecedor deverá assegurar a entrega no Município de Rodrigues Alves/AC, incluindo todos os custos de transporte, carga, descarga e eventuais seguros;
- f) Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, devidamente montados e prontos para uso;
- g) Deverá ser disponibilizada orientação técnica básica ou instruções operacionais para os servidores responsáveis, quando aplicável;





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

h) A Administração poderá realizar verificação técnica e testes de funcionamento no ato do recebimento, como condição para a aceitação definitiva dos bens.

**9.1.2. Exigências Técnicas – Tratores Agrícolas**

- a) Trator agrícola de pneus, novo, com motor a diesel, mínimo de 4 cilindros;
- b) Potência mínima de 85 cv;
- c) Tração 4x4, adequada às condições do solo e do terreno do Município;
- d) Cabine fechada, equipada com ar-condicionado, garantindo conforto e segurança ao operador;
- e) Transmissão com, no mínimo, 12 marchas à frente e 12 à ré, sincronizadas, com reversor;
- f) Sistema hidráulico com capacidade mínima de levantar igual ou superior a 3.200 kg, com no mínimo 3 válvulas de controle remoto de dupla função;
- g) Tomada de potência independente de 540 rpm;
- h) Direção hidrostática e sistema de freios a disco, imersos em banho de óleo;
- i) Capacidade mínima do tanque de combustível de 100 litros;
- j) Compatibilidade com implementos agrícolas do tipo arrasto e de três pontos;
- k) Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, montagem e funcionamento.

**9.1.3. Exigências Técnicas – Grades Aradoras**

- a) Grade aradora nova, com controle remoto;
- b) Composição mínima de 16 discos, adequados ao preparo do solo;
- c) Implemento agrícola do tipo traseiro de arrasto, compatível com tratores agrícolas;
- d) Estrutura robusta e adequada ao uso contínuo em ambiente rural;
- e) Compatibilidade operacional com os tratores a serem adquiridos e com a frota existente;
- f) Garantia mínima de 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento.

**9.1.4. Exigências Técnicas – Distribuidor de Calcário**

- a) Distribuidor de calcário novo, com capacidade mínima igual ou superior a 2,8 m³;
- b) Sistema de rodagem com 04 pneus, em sistema tandem;



- c) Equipamento dotado de defletor para aplicação de calcário, assegurando distribuição uniforme;
- d) Implemento agrícola traseiro do tipo arrasto, compatível com tratores com potência entre 75 e 90 cv;
- e) Estrutura resistente, adequada ao uso contínuo no meio rural;
- f) Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, estrutura e funcionamento.

#### **9.1.5. Exigências Relativas à Garantia e Assistência Técnica**

- a) As garantias deverão cobrir integralmente peças, componentes e mão de obra, sem ônus adicional para a Administração;
- b) O fornecedor deverá indicar assistência técnica autorizada ou suporte técnico disponível em prazo compatível com a continuidade do serviço público;
- c) Durante o período de garantia, eventuais defeitos deverão ser sanados em prazo razoável, contado da comunicação formal pela Administração;
- d) O não atendimento às obrigações de garantia sujeitará o contratado às penalidades previstas em lei e no instrumento contratual.

#### **9.2. REPLICABILIDADE NO TERMO DE REFERÊNCIA**

As exigências técnicas ora estabelecidas deverão ser integralmente reproduzidas no Termo de Referência, assegurando coerência entre os instrumentos de planejamento, clareza das condições de contratação e segurança jurídica durante a execução contratual.

#### **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A análise quanto ao parcelamento da solução considerou a natureza do objeto, a interdependência técnica e operacional entre os itens, os ganhos de escala, os aspectos logísticos e a necessidade de assegurar eficiência na execução da contratação.

No caso concreto, a solução proposta envolve a aquisição integrada de máquinas e implementos agrícolas, compostos por tratores agrícolas, grades aradoras e distribuidor de calcário, os quais possuem relação direta de complementaridade e interdependência operacional, uma vez que os tratores atuam como unidades motrizes para a operação dos implementos, sendo sua utilização conjunta essencial para o atendimento da finalidade pública pretendida.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

O parcelamento da solução em contratações distintas poderia acarretar perda de eficiência operacional, aumento da complexidade logística, dificuldade de compatibilização técnica entre equipamentos adquiridos em momentos distintos e risco de descontinuidade na execução das atividades agrícolas, além de potencial elevação de custos administrativos e operacionais.

Adicionalmente, a contratação integrada favorece a economia de escala, tanto no processo licitatório quanto na logística de entrega, treinamento operacional e suporte técnico, contribuindo para a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Ressalta-se que, embora a contratação seja realizada em um único procedimento licitatório, não se afasta a possibilidade de adjudicação por itens, caso prevista no edital, de modo a preservar a competitividade e permitir a participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, sem prejuízo da coerência da solução adotada.

Dessa forma, conclui-se que não se recomenda o parcelamento da solução em contratações autônomas, por se tratar de aquisição tecnicamente integrada e operacionalmente interdependente, sendo a contratação conjunta a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A contratação proposta visa alcançar resultados concretos, mensuráveis e alinhados ao interesse público, decorrentes da aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Rodrigues Alves/AC.

Os principais resultados pretendidos com a contratação são:

Ampliação da capacidade operacional da frota municipal, por meio da incorporação de novos equipamentos que complementam os já existentes, permitindo a execução simultânea das atividades mecanizadas;

Redução do tempo de atendimento aos produtores rurais, especialmente nos períodos críticos do calendário agrícola, como preparo do solo e aplicação de corretivos;

Melhoria da eficiência no preparo do solo e na correção agrícola, contribuindo para o aumento da produtividade e da qualidade das áreas cultivadas;

Otimização do planejamento e da execução das ações da Secretaria Municipal de Agricultura, com maior previsibilidade, organização e racionalização do uso dos equipamentos;





Redução da sobrecarga e do desgaste da frota existente, ampliando a vida útil dos equipamentos e reduzindo custos com manutenção corretiva;

Fortalecimento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, promovendo melhores condições de trabalho, aumento da renda e permanência das famílias no meio rural;

Cumprimento das metas e prazos pactuados no convênio federal, assegurando a efetividade da aplicação dos recursos públicos e a regular execução do Plano de Trabalho aprovado;

Melhoria da governança e da eficiência administrativa, com planejamento adequado, controle dos resultados e alinhamento entre os instrumentos de planejamento da contratação;

Contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, por meio do uso racional de máquinas, da melhoria da fertilidade do solo e do fortalecimento da base produtiva local.

Dessa forma, os resultados pretendidos demonstram que a contratação apresenta impacto positivo direto, tanto sob a ótica operacional quanto social e econômica, justificando-se como medida necessária, eficiente e alinhada ao interesse público.

## **12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

No âmbito do planejamento da presente contratação, foi realizada a análise quanto à existência de contratações correlatas ou interdependentes, nos termos do art. 18, §1º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Verificou-se que a aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos não depende da contratação simultânea ou prévia de outros bens ou serviços para sua efetiva utilização, uma vez que o Município de Rodrigues Alves/AC já dispõe de estrutura administrativa, operacional e de pessoal qualificado para a operação e gestão dos equipamentos.

Ressalta-se, entretanto, que a adequada utilização e conservação dos equipamentos adquiridos pressupõe a continuidade das rotinas ordinárias de manutenção preventiva e corretiva, abastecimento de combustível, lubrificantes e eventuais serviços de reparo, os quais já integram as atividades regulares da Administração Municipal e são objeto de contratações rotineiras ou de execução direta, não se configurando como contratações correlatas específicas desta aquisição.





ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Não foram identificadas, até o momento, contratações correlatas que demandem planejamento conjunto, integração contratual ou coordenação específica com a presente contratação, inexistindo risco de sobreposição, duplicidade ou conflito com outros processos de aquisição em curso.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida pode ser realizada de forma autônoma, sem prejuízo da eficiência operacional, da economicidade ou da adequada execução do objeto, mantendo-se compatível com o planejamento geral das contratações da Administração Municipal..

**13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (arts. 11, inciso IV, e 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente contratação observa os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme disposto no art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, incorporando critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, sem prejuízo da competitividade, da economicidade e da eficiência administrativa.

Considerando que o objeto consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, os critérios de sustentabilidade foram definidos de forma proporcional e tecnicamente adequada, contemplando aspectos ambientais, econômicos e sociais, conforme segue:

- a) Eficiência energética e desempenho ambiental: os equipamentos deverão possuir motores e sistemas que atendam às normas ambientais vigentes, com desempenho eficiente e menor emissão de poluentes, compatíveis com os padrões exigidos pela legislação ambiental aplicável;
- b) Durabilidade e vida útil: a exigência de equipamentos novos, de fabricação recente e com garantia mínima contribui para maior durabilidade, redução da necessidade de substituições precoces e diminuição da geração de resíduos;
- c) Manutenção preventiva e corretiva: a adoção de equipamentos com ampla disponibilidade de peças e assistência técnica facilita a manutenção adequada, prolongando a vida útil dos bens e reduzindo impactos ambientais decorrentes de descarte prematuro;
- d) Uso racional de insumos: a utilização de máquinas adequadas ao porte das atividades agrícolas favorece o uso mais eficiente de combustível, lubrificantes e corretivos agrícolas, contribuindo para a racionalização dos recursos naturais;
- e) Adequação ao uso sustentável do solo: o uso de implementos agrícolas adequados, como grades aradoras e distribuidores de calcário, contribui para o preparo adequado do solo, correção da acidez e melhoria da fertilidade, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis;



f) Responsabilidade do fornecedor: o contratado deverá observar a legislação ambiental vigente durante a fabricação, transporte e entrega dos equipamentos, bem como orientar quanto à destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados;

g) Aspectos sociais: a contratação contribui para a melhoria das condições de trabalho no meio rural, redução do esforço físico dos agricultores e fortalecimento da agricultura familiar, promovendo desenvolvimento social e econômico sustentável.

Os critérios de sustentabilidade adotados serão observados sem imposição de exigências excessivas ou restritivas, assegurando a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a contratação pretendida está alinhada às diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação vigente, promovendo o equilíbrio entre eficiência operacional, responsabilidade ambiental e desenvolvimento social, em consonância com o interesse público.

#### **14. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente contratação foi analisada sob a ótica dos impactos ambientais associados, em observância ao disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o contexto de uso dos equipamentos e as medidas de mitigação aplicáveis.

O objeto da contratação — aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos — não caracteriza, por si só, atividade potencialmente poluidora de impacto ambiental significativo, tratando-se de bens destinados ao apoio às atividades agrícolas já desenvolvidas no Município de Rodrigues Alves/AC.

Os impactos ambientais associados à contratação são, em sua maioria, indiretos e de baixa magnitude, relacionados principalmente ao consumo de combustível, à emissão de gases provenientes do funcionamento dos equipamentos e ao uso de insumos agrícolas. Tais impactos são inerentes à atividade agrícola e encontram-se dentro dos limites normalmente aceitos, desde que observadas as boas práticas de operação e manutenção.

A utilização de equipamentos novos e tecnologicamente atualizados contribui para a redução de emissões, maior eficiência energética e menor probabilidade de vazamentos ou falhas mecânicas, quando comparados a equipamentos obsoletos ou em más condições de uso.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Quanto ao preparo do solo e à aplicação de corretivos agrícolas, os impactos ambientais tendem a ser positivos, na medida em que a utilização adequada dos implementos favorece a correção da acidez do solo, a melhoria da fertilidade, o aumento da produtividade e a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis.

Ressalta-se que a contratação não implica supressão vegetal, intervenção direta em áreas de preservação permanente ou alteração significativa do uso do solo, não demandando, para a simples aquisição dos equipamentos, licenciamento ambiental específico, sem prejuízo da observância da legislação ambiental aplicável durante sua utilização.

Como medidas mitigadoras, serão adotadas práticas de manutenção preventiva, uso racional de combustível, capacitação dos operadores e observância das orientações do fabricante, de modo a minimizar impactos ambientais negativos e potencializar os efeitos positivos da utilização dos equipamentos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são controláveis, mitigáveis e compatíveis com a finalidade pública, estando a contratação alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável e do interesse público.

### **15. RISCOS ASSOCIADOS (arts. 18, inciso X, e 20 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

No âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, foram identificados e avaliados os principais riscos associados à contratação, considerando as fases de planejamento, licitação, contratação e execução, em conformidade com o disposto nos arts. 18, inciso X, e 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com as boas práticas de gestão de riscos aplicáveis às contratações públicas.

Os riscos identificados e as respectivas medidas mitigadoras são descritos a seguir:

#### **15.1. Riscos Relacionados à Fase de Planejamento e Licitação**

a) Risco de atraso no procedimento licitatório, em razão de impugnações, pedidos de esclarecimento, recursos administrativos ou necessidade de ajustes técnicos no edital.

Medida mitigadora: planejamento prévio adequado, elaboração de Termo de Referência claro e objetivo, fundamentação técnica consistente e observância rigorosa da legislação aplicável.



b) Risco de baixa competitividade, decorrente de especificações técnicas excessivamente restritivas ou direcionadas.

Medida mitigadora: definição de requisitos técnicos mínimos e objetivos, vedação expressa à indicação de marca ou modelo e adoção do pregão eletrônico, ampliando o universo de fornecedores.

### **15.2. Riscos Relacionados à Estimativa de Custos e Execução Orçamentária**

a) Risco de variação de preços de mercado, especialmente em razão de fatores econômicos, cambiais ou logísticos.

Medida mitigadora: utilização de valores referenciais aprovados no Plano de Trabalho do convênio, realização de procedimento licitatório competitivo e verificação da compatibilidade dos preços ofertados com o mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

b) Risco de incompatibilidade com os limites e condições do convênio federal, caso haja divergência entre o resultado da licitação e o Plano de Trabalho aprovado.

Medida mitigadora: acompanhamento rigoroso das regras do instrumento de repasse, compatibilização do edital com o Plano de Trabalho e controle da execução financeira.

### **15.3. Riscos Relacionados à Execução Contratual**

a) Risco de atraso na entrega dos equipamentos, em razão de dificuldades logísticas ou descumprimento contratual pelo fornecedor.

Medida mitigadora: definição clara de prazos contratuais, previsão de penalidades, acompanhamento da execução contratual e exigência de entrega no Município de Rodrigues Alves/AC.

b) Risco de fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas.

Medida mitigadora: detalhamento técnico adequado no Termo de Referência, verificação técnica no recebimento provisório e definitivo e rejeição de bens que não atendam integralmente às exigências.

c) Risco operacional, relacionado à utilização inadequada dos equipamentos ou à ausência de manutenção preventiva.



Medida mitigadora: orientação técnica aos operadores, adoção de rotinas de manutenção preventiva e acompanhamento contínuo pela unidade responsável.

#### **15.4. Riscos Relacionados à Sustentabilidade e Impactos Ambientais**

a) Risco de impactos ambientais decorrentes do uso inadequado dos equipamentos, como consumo excessivo de combustível ou desgaste prematuro.

Medida mitigadora: utilização de equipamentos novos e eficientes, capacitação dos operadores, observância das orientações do fabricante e práticas de uso racional dos recursos.

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos associados à contratação são identificáveis, controláveis e mitigáveis, não comprometendo a viabilidade técnica, econômica ou jurídica da contratação, desde que observadas as medidas preventivas e corretivas previstas ao longo do processo

#### **16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, §1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Após a análise técnica, jurídica, administrativa e econômica realizada no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável, necessária e vantajosa a contratação destinada à aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município de Rodrigues Alves/AC.

A contratação mostrou-se tecnicamente adequada, uma vez que os equipamentos especificados atendem às necessidades operacionais identificadas, são compatíveis com a frota municipal existente e apresentam características técnicas que asseguram desempenho, durabilidade, segurança e eficiência na execução das atividades agrícolas.

Sob o aspecto jurídico, a contratação encontra-se devidamente fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, estando caracterizado o objeto como bem comum, apto à contratação por meio de Pregão, na forma eletrônica, modalidade que assegura ampla competitividade, transparência e julgamento objetivo, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a contratação é viável e compatível com os recursos disponíveis, estando vinculada a convênio federal decorrente de Emenda Parlamentar Especial, com valores previamente aprovados em Plano de Trabalho, e sujeita à obtenção da proposta mais vantajosa por meio do procedimento licitatório, observando-se os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA DE RODRIGUES ALVES

Foram identificados e avaliados os riscos associados à contratação, os quais se mostram controláveis e mitigáveis mediante as medidas preventivas previstas, não comprometendo a execução do objeto nem a adequada aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida atende aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade, transparência e interesse público, encontrando-se plenamente apta ao prosseguimento das etapas subsequentes, com a elaboração do Termo de Referência, manifestação jurídica e decisão da autoridade competente.

Rodrigues Alves, 12 de Janeiro de 2026

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Administração

